



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

382

**Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade
salarial no Brasil de 2014 a 2019**

Carolina Troncoso Baltar

Junho 2020



ie Instituto de
economia

Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no Brasil de 2014 a 2019

Carolina Troncoso Baltar ¹

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a evolução do emprego no Brasil de 2014 a 2019, avaliando como a recessão brasileira e a modesta retomada da atividade econômica a partir de 2017 afetaram os empregos no país. Propõe-se uma metodologia para classificar os trabalhadores brasileiros levando em consideração a posição na ocupação, seu caráter formal ou informal, o tipo de ocupação e o setor de atividade em que o trabalhador está inserido, captando assim a heterogeneidade estrutural da economia brasileira. Os resultados indicam uma polarização das situações de trabalho no Brasil como reflexo principalmente do aumento da informalidade.

Palavras-chave: Ocupação; Emprego; Desigualdade salarial.

Classificação JEL: J00, J44, J31.

1. Introdução

O ano de 2014 marca o fim de um período de crescimento com melhoras na distribuição de renda da economia brasileira. Entre 2003 e 2014, o Brasil apresentou taxas de crescimento do PIB mais elevadas do que as observadas desde as reformas liberais da década anterior, ao mesmo tempo em que houve redução da desigualdade de renda do trabalho, como consequência de políticas de renda em que se destacaram o aumento do salário mínimo e as transferências de rendas para famílias mais pobres (CALIXTRE; FAGNANI, 2017; CARVALHO; RUGITSKY, 2015). A recessão da economia brasileira entre 2014 e 2016 e a dificuldade de retomada da atividade econômica a partir de 2017 têm afetado o mercado de trabalho brasileiro, com possíveis efeitos na distribuição de renda domiciliar.

O objetivo deste artigo é analisar a evolução do emprego de 2014 a 2019, avaliando como a recessão brasileira e a modesta retomada da atividade econômica a partir de 2017 afetaram os empregos do país. Para isso, o artigo parte de uma caracterização dos empregos em 2014, antes da recessão, inspirada na literatura sobre estratificação das ocupações e o papel das mudanças nessa estratificação no aumento recente da desigualdade de renda nos Estados Unidos. De acordo com esta literatura, o estudo detalhado da criação e eliminação de diferentes tipos de ocupações contribuiria para entender o aumento observado na desigualdade de renda do trabalho, desde o início da década de 1980 (KALLEBERG, 2011; KIM; SAKAMOTO, 2008; MOUW; KALLEBERG, 2010; WRIGHT, 1979, 2015).

Este artigo também leva em conta a heterogeneidade estrutural da economia brasileira, começando a caracterização dos trabalhos pela posição na ocupação, distinguindo empregado dos setores público e privado, trabalhadores do serviço doméstico remunerado e trabalhadores por conta

(1) Professora do Instituto de Economia da Unicamp e Editora-chefe da Revista Economia e Sociedade.

própria. Além disso, distingue-se, em cada posição na ocupação, seu caráter formal ou informal, no sentido de proporcionar à pessoa ocupada, a proteção social garantida pela contribuição para o sistema de seguridade social. Finalmente, são considerados os diferentes tipos de ocupação e os setores de atividade que geram essas ocupações. É então, proposta uma metodologia para classificar os trabalhadores brasileiros levando em consideração a posição na ocupação, seu caráter formal ou informal, o tipo de ocupação e o setor de atividade em que o trabalhador está inserido. Essa metodologia é construída para o ano de 2014, logo antes da recessão afetar o país, e é utilizada para analisar a evolução do mercado de trabalho brasileiro na recessão e na estagnação.

O artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A seção dois apresenta uma breve revisão da literatura sobre estrutura ocupacional, emprego e distribuição de renda. A seção três mostra as principais mudanças no mercado de trabalho em termos de emprego para o período de 2014 e 2019. A seção quatro apresenta a metodologia proposta no artigo para classificar a estrutura ocupacional brasileira. A seção cinco apresenta os principais resultados a partir desta metodologia. E, por fim, a seção seis apresenta as principais conclusões.

2. Breve Revisão da Literatura sobre Mercado de Trabalho e Ocupação

A literatura sobre polarização do mercado de trabalho nos Estados Unidos analisa a evolução dos empregos e dos salários dos trabalhadores, desde a década de 1980, procurando explicar as modificações na distribuição de salários. O que essa literatura tem ressaltado é que houve eliminação de empregos no meio da distribuição de salários e aumento do emprego nos dois extremos, ao mesmo tempo em que os salários na parte inferior da distribuição perderam poder de compra na década de 1980 e a parte superior da distribuição ganhou poder de compra na década de 1990. Os economistas que tem tratado deste assunto tem destacado as mudanças tecnológicas que eliminaram empregos pouco qualificados e ampliaram a demanda por trabalho mais qualificado (AUTOR, 2010; AUTOR; DORN, 2013). Consequentemente, houve um aumento considerável da desigualdade de salários nos Estados Unidos, desde a década de 1980, e este estaria associado ao viés da mudança tecnologia em favor dos trabalhos qualificados.

Outra literatura sobre polarização do mercado de trabalho nos Estados Unidos, a partir de uma abordagem sociológica, enfatiza a estratificação das ocupações e o papel das mudanças nessa estratificação, associadas às mudanças institucionais e na organização da produção e do trabalho nas corporações, para explicar o aumento recente da desigualdade de salários no país, que seria mais importante do que um simples viés na mudança técnica. De acordo com esta literatura, a ocupação seria um indicador importante da posição dos trabalhadores ao longo da distribuição de salários (MOUW; KALLEBERG, 2010). A ocupação seria uma categoria que poderia se aproximar do tipo de trabalho, no sentido de agrupar tarefas, habilidades e conhecimentos técnicos semelhantes que influiriam fortemente na remuneração do trabalho (GRUSKY; SORENSEN, 1998). No entanto, a ocupação, mais do que um simples indicador do capital humano em um mercado de trabalho competitivo, se aproximaria mais de um nicho funcional da divisão do trabalho que foi institucionalizado no mercado de trabalho (KIM; SAKAMOTO, 2008).

De acordo com essa abordagem, mudanças na composição das ocupações teriam sido os principais responsáveis pelo aumento da desigualdade salarial nos Estados Unidos (WRIGHT, 1979).

Kim e Sakamoto (2008) questionam o papel da composição das ocupações para entender o aumento da desigualdade salarial nos Estados Unidos, a partir de uma análise da desigualdade entre as ocupações e dentro das ocupações. Os autores argumentam que a desigualdade dentro das ocupações tem ganhado uma importância cada vez maior para entender o aumento da desigualdade recente, e questionam o uso das mudanças na composição das ocupações para analisar a evolução recente da desigualdade. Esse aumento da desigualdade dentro das ocupações seria resultado de uma variedade muito grande de fatores como sexo, etnia, localidade, tipo de empregador e setor de atividade, que provocam diferenças individuais de salários e que ganharam força com as mudanças na organização da produção, com tendência a maior flexibilidade do trabalho.

Como resposta à provocação teórica de Kim e Sakamoto (2008), Mouw e Kalleberg (2010) reavaliaram o papel da estrutura ocupacional nas alterações da distribuição de salários, a partir de estimções que levam em consideração mudanças na educação das pessoas e em variáveis demográficas. Além disso, os resultados da análise são feitos de forma agregada e detalhadas por ocupação, podendo assim avaliar a contribuição de cada ocupação para o aumento da desigualdade de salários. Os autores também corrigem o tratamento da ausência de dados sobre salários no Censo dos Estados Unidos, pois os resultados são muito sensíveis à maneira com a ausência desta informação é tratada. Assim, a partir de suas estimções, os autores argumentam que os resultados encontrados por Kim e Sakamoto (2008) em relação à desigualdade dentro das ocupações foi resultado de uma abordagem incorreta sobre a imputação de dados ausentes dos salários. Assim, Mouw e Kalleberg (2010) reafirmam a importância das mudanças na composição das ocupações para entender a evolução recente da desigualdade de salários nos Estados Unidos.

Essa discussão sobre o papel da composição das ocupações para explicar o aumento recente da desigualdade de salários nos Estados Unidos levanta a possibilidade de que o papel dos tipos de ocupação na determinação da remuneração do trabalho reflete uma etapa da história do mercado de trabalho nos EUA. No pós-guerra, havia uma organização do trabalho dentro das corporações norte-americanas que estruturava ocupações com detalhada descrição das tarefas e estreita supervisão da gerência (CAPPELLI, 2001). Os esquemas de organização do trabalho organizavam, ao mesmo tempo, o treinamento dos empregados. A entrada de novos empregados ocorria em postos de trabalho com poucas exigências de qualificação e o aprendizado no serviço qualificava o empregado para postos de trabalho mais complexos estruturados em ladeiras ocupacionais de promoção dentro da corporação. As diferenças de remuneração nos postos estruturados em ladeiras ocupacionais motivavam o trabalho e o treinamento e tinham pouca relação com o desempenho individual dos diferentes empregados. Era exigido um mínimo de desempenho e a promoção nas ladeiras ocupacionais era por antiguidade nas posições inferiores. Assim, a promoção dos trabalhadores estava vinculada à sua qualificação dada pela experiência na execução das tarefas das posições anteriores, na ladeira ocupacional específica de cada empregado dentro da corporação.

Estas organizações do trabalho e do treinamento dos empregados e suas relações com as remunerações ficaram conhecidas como “mercados internos de trabalho” e vigoraram em oligopólios nacionais com estruturas estáveis, ao longo do pós-guerra. Esses mercados internos de trabalho contribuíram para ressaltar o papel da composição das ocupações para o formato da distribuição dos salários.

Após os anos 1980, depois da desestabilização dos oligopólios nacionais sob pressão da concorrência japonesa e da reação das corporações americanas, liderando os movimentos de fusões e aquisições e estruturação das cadeias globais de produção formando oligopólios mundiais, ocorreu a

flexibilização do mercado de trabalho. Essa flexibilização ocorreu com o declínio dos arranjos burocráticos que vigoraram depois da Segunda Guerra Mundial, alterando a importância da composição do emprego por tipo de ocupação para explicar a desigualdade de renda no período anterior. A organização do trabalho dentro da corporação foi se alterando e características individuais dos trabalhadores passam a ganhar mais importância. Entretanto, Mouw e Kalleberg (2010) argumentam que, apesar dessas mudanças na forma de organização das corporações, as mudanças na distribuição do emprego por tipo de ocupação ainda tem um papel importante para entender a desigualdade de salários nos Estados Unidos.

Browning e Singelmann (1978) analisaram as mudanças na força de trabalho dos Estados Unidos considerando conjuntamente a estrutura ocupacional e a estrutura industrial do país, antes das mudanças verificadas a partir da década de 1980. De acordo com os autores, não é possível menosprezar as mudanças que ocorreram na estrutura industrial, com a passagem dos trabalhadores do setor primário para os setores secundário e terciário de acordo com a classificação de Fischer (1935) e Clark (1940). Browning e Singelmann (1978) modificam essa classificação e sugerem um esquema de seis setores, que podem ser abertos em 37 atividades. Esses setores seriam: indústria extrativa; indústria de transformação; serviços de distribuição; serviços de produção; serviços sociais; e, serviços pessoais. De acordo com os autores, essa abertura dos setores permite uma melhor interpretação das mudanças no emprego a partir da mudança na estrutura industrial. Os autores argumentam, entretanto, que a transformação mais importante ocorreu na estrutura da produção de cada setor, alterando sua estrutura ocupacional. Assim, mudanças na estrutura ocupacional foram analisadas a partir de três efeitos: o efeito industrial, que seriam as mudanças na distribuição ocupacional relacionadas às mudanças na estrutura industrial; o efeito composição ocupacional, que seriam mudanças na distribuição da ocupação devido às mudanças na estrutura ocupacional numa mesma indústria ou setor; e, o efeito interação, que seriam as mudanças conjuntas na composição setorial e estrutural.

O presente artigo parte da ideia de que a análise da estrutura ocupacional é importante para entender a desigualdade de renda dos países. Dada a enorme heterogeneidade estrutural da economia brasileira, este trabalho propõe uma metodologia que combina a estrutura setorial e ocupacional com a posição na ocupação. Assim, a análise da distribuição salarial por ocupação incorpora os setores de atividade, bem como as posições na ocupação e a formalidade do trabalho nessas ocupações, setores de atividade e posições na ocupação.

3. Mercado de Trabalho Brasileiro de 2014 a 2019

O ano de 2014 reflete as melhoras nos indicadores de mercado de trabalho que ocorreram desde 2004, em que houve redução na taxa de desemprego do país, o aumento do grau de formalização das ocupações, e a elevação do nível das rendas do trabalho com redução da desigualdade dessas rendas. De acordo com Baltar e Leone (2015), parte importante das melhoras nos indicadores do mercado de trabalho foi resultado de uma queda na taxa de participação da população na atividade econômica ao longo de todo o período, consequência dos jovens passarem a entrar mais tarde no mercado de trabalho e de ter havido arrefecimento no aumento da participação feminina adulta. Essas mudanças na taxa de participação tiveram uma contribuição importante para a redução da taxa de desemprego no período de crescimento com melhora na distribuição de renda de 2004 a 2013.

Assim, a taxa de desemprego de 6,8% em 2014 reflete essa melhora no mercado de trabalho brasileiro dos anos 2000 (Tabela 1)². A taxa de participação foi 60,9% e a taxa de ocupação foi de 56,8% em 2014. Notamos que a recessão de 2014 a 2016 aumentou a taxa de desemprego para 11,8% em 2016, revertendo toda a redução observada desde 2004. Na recessão houve suave aumento da taxa de participação e redução na taxa de ocupação. Assim, o aumento do desemprego refletiu o aumento do número de pessoas que entraram na população economicamente ativa (PEA), bem como uma redução das pessoas ocupadas. A lenta recuperação da atividade econômica de 2017 a 2019 não apresentou alterações significativas na taxa de desemprego, a taxa de participação seguiu aumentando suavemente e a taxa de ocupação apresentou um aumento muito tímido.

Tabela 1
Mercado de Trabalho Brasileiro

	2014	2016	2019
Taxa de Participação	60,9	61,2	62,1
Taxa de Desemprego	6,8	11,8	11,8
Taxa de Ocupação	56,8	54,0	54,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

Para caracterizar a estrutura ocupacional brasileira, foram considerados como ocupados os empregados do setor público e do setor privado, o empregado doméstico e o conta própria, todos com rendimento positivo³. O número desses ocupados caiu 2,2% entre 2014 e 2016, durante a recessão, e aumentou 4,7% entre 2016 e 2019, com a lenta recuperação da atividade econômica (Tabela 2). O PIB de 2016 foi 6,7% menor que o de 2014 e o de 2019 foi 3,8% maior do que o de 2016. Assim, o número de pessoas ocupadas em 2019 foi 2,4% maior do que em 2014 para um PIB 3,1% menor. A queda proporcional do emprego na recessão, como medido neste artigo, foi menor do que a queda do PIB, e o aumento do emprego foi mais intenso do que o do PIB na lenta recuperação. Em consequência, o PIB por ocupado em 2019 foi 5,4% menor que em 2014, sendo a maior parte dessa redução do PIB por ocupado resultado da recessão.

Tabela 2
Mercado de Trabalho Brasileiro, Renda e Distribuição de Renda (a renda está em Reais correntes)

	2014	2016	2019
Número	85128669	83262857	87186256
Renda Média	1578,96	1820,04	2041,34
Renda Mediana	1000,00	1200,00	1300,00
Desvio Padrão	2238,86	2367,95	2876,69
Coefficiente de Variação	1,418	1,301	1,409
Gini	0,470	0,464	0,477

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

(2) Todas as informações se referem ao terceiro trimestre de cada ano, pois esse trimestre caracteriza melhor a estrutura da economia brasileira e seu mercado de trabalho.

(3) Como o objetivo do estudo é analisar a estrutura ocupacional brasileira, retirou-se da análise os empregadores e o trabalho familiar não remunerado, bem como todas as pessoas sem remuneração. Os conta própria entram na análise pois uma parte desses ocupados refletem o empregado disfarçado (KREIN et al., 2018).

A renda média das pessoas ocupadas aumentou 15,3% entre 2014 e 2016, abaixo da inflação de 20,2% calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)⁴. Isso significou uma perda de poder de compra da renda média do trabalho de 4,1%. A redução do emprego e do poder de compra da renda média do trabalho significou uma massa total de renda do trabalho 6,3% menor em 2016 do que em 2014. Ou seja, o aumento da renda média nominal não significou aumento de poder de compra porque a inflação foi mais alta e houve redução do nível de emprego.

O desvio padrão mostra as diferenças em termos nominais da renda do trabalho e aumentou 5,6% de 2014 a 2016. Como a renda média nominal do trabalho aumentou 15,3%, o coeficiente de variação caiu de 1,418 para 1,301. O coeficiente de variação é uma medida simples de desigualdade e indica que a recessão, que é marcada por queda do emprego, queda do poder de compra da renda média e queda expressiva da massa salarial, ocorreu com redução nas diferenças de renda dos trabalhadores que continuaram ocupados. O índice de Gini, que mede mais adequadamente a desigualdade de renda, move-se na mesma direção que o coeficiente de variação, indicando uma ligeira redução da desigualdade de renda dos ocupados no período de recessão.

A dificuldade de retomada da atividade econômica a partir de 2017 significou um aumento nominal da renda média, que foi 29,3% maior em 2019 em relação a 2014. A inflação nesse período medida pelo INPC foi de 31%, o que significou um poder de compra da renda média do trabalho em 2019 de 1,3% menor que em 2014. Assim, o período de lento crescimento entre 2017 e 2019 compensou apenas parcialmente a queda no poder de compra da renda média do trabalho provocado pela recessão. A massa total de renda recuperou a queda de 6,3% de 2014 a 2016, mas em 2019 ela foi apenas 1% maior do que em 2014. Esse pequeno aumento refletiu o aumento da ocupação e a recuperação parcial da renda média do trabalho. O coeficiente de variação aumentou para 1,409 e o índice de Gini para 0,477, ambos indicando que o período de estagnação veio acompanhado pela volta da desigualdade de renda dos ocupados aos patamares iniciais, revertendo a pequena diminuição observada na recessão.

Quando analisamos a posição na ocupação levando em conta a formalidade ou informalidade do trabalho, notamos que a eliminação de empregos na recessão ocorreu principalmente para o empregado do setor privado com carteira de trabalho (Tabela 3). A diminuição proporcional do número de empregados com carteira do setor privado foi parecida com a do PIB, mas os aumentos do número de trabalhadores por conta própria e de empregados domésticos evitaram uma diminuição tão intensa do total de ocupados. Já na lenta recuperação da atividade econômica a partir de 2017, continuou caindo o emprego com carteira do setor privado, embora em ritmo mais lento.

(4) A inflação foi medida pelo INPC, que fornece a informação mensalmente. Como os dados se referem ao terceiro trimestre, a inflação correspondente foi a média da inflação de julho, agosto e setembro.

Tabela 3
Ocupados de acordo com a Posição na Ocupação e Formalização e Variação no Período (em %)

	2014	2016	2019	2014- 2016	2016- 2019	2014- 2019
Trabalho Doméstico com Carteira	2,2	2,4	2,0	6,2	-14,1	-8,7
Trabalho Doméstico sem Carteira	4,7	4,9	5,2	0,5	11,1	11,6
Conta própria Formal	6,7	8,2	8,3	19,4	5,7	26,2
Conta própria Informal	18,0	17,9	19,8	-2,6	15,4	12,5
Empregado Setor Privado com Carteira	42,9	40,8	37,9	-6,9	-2,7	-9,4
Empregado Setor Privado sem Carteira	11,9	12,2	13,5	0,0	15,7	15,7
Empregado Setor Público com Carteira	1,6	1,4	1,5	-16,0	12,0	-5,9
Empregado Setor Público sem Carteira	2,7	2,6	2,9	-4,6	16,6	11,2
Militar e Estatutário	9,2	9,5	9,0	1,2	-1,3	-0,1
Total	100,0	100,0	100,0	-2,2	4,7	2,4

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

A expressiva ampliação do total de ocupados na tímida retomada do crescimento do PIB está relacionada com a forte ampliação do trabalho por conta própria e também com a ampliação do emprego sem carteira no trabalho doméstico e nos setores público e privado (Tabela 3). A aceleração do aumento do número de trabalhadores por conta própria, desde 2017, ocorreu com reversão do aumento do grau de formalidade dos trabalhos nesta posição na ocupação. A proporção de trabalho formal entre os conta próprias aumentou de 27,2% em 2014 para 31,4% em 2016 e diminuiu para 29,5% em 2019. A diminuição do grau de formalidade dos trabalhos na tímida retomada da atividade econômica também se verificou no emprego doméstico e no emprego no setor privado. No emprego doméstico, a proporção dos trabalhos formais que tinha aumentado de 32% para 33,3% entre 2014 e 2016, diminuiu para 27,8% em 2019, e no emprego do setor privado a proporção de trabalhos formais que diminuiu de 78,2% para 77% entre 2014 e 2016, atingiu 73,8% em 2019. Finalmente, no setor público, a queda do emprego na recessão atingiu os celetistas e os sem carteira, não ocorrendo entre os estatutários e militares, enquanto na retomada tímida da atividade econômica, celetistas e sem carteira aumentaram vigorosamente, mas diminuiu o número de estatutários e militares.

Assim, o aumento do emprego na lenta retomada do crescimento do PIB esteve relacionado com a ampliação da informalidade do trabalho, ocorrendo com o empregado doméstico e com o empregado do setor privado sem carteira e com o trabalhador por conta própria informal. Já o emprego do setor privado com carteira, que ainda representa a maior parte dos assalariados brasileiros, continuou diminuindo no lento crescimento do PIB, perdendo participação de forma significativa na ocupação total, que em 2019 foi de 37,9% quando comparado com 42,9% em 2014.

As mudanças no emprego foram acompanhadas de pequenas alterações na desigualdade de rendimentos das pessoas ocupadas com renda positiva. Como mencionado, o índice de Gini variou muito pouco, passando de 0,470 em 2014 para 0,464 em 2016 e 0,477 em 2019 (Tabela 2). O coeficiente de variação, que é muito sensível às diferenças na calda superior da distribuição, indicou uma mudança mais expressiva, passando de 1,418 em 2014 para 1,301 em 2016 e 1,409 em 2019.

Na recessão, não se alterou a proporção de ocupados que são empregados do setor público, sendo estes os empregados com maior salário médio das quatro posições na ocupação (Tabela 4). Já a proporção de empregados do setor privado diminuiu e a dos empregados domésticos e trabalhadores por conta própria aumentou, sendo estas posições na ocupação pior remuneradas. A remuneração dos empregados do setor público aumentou em relação à média geral e a dos trabalhadores por conta própria diminuiu.

Tabela 4
Renda Média da Posição na Ocupação em Relação a Renda Média Geral e Desigualdade

	2014			2016			2019		
	Renda Média	%	Gini	Renda Média	%	Gini	Renda Média	%	Gini
Empregado Setor Privado	96,9	54,8	0,412	97,3	53,0	0,405	97,0	51,4	0,415
Empregado Doméstico	43,8	7,0	0,321	44,8	7,3	0,307	43,9	7,2	0,338
Empregado Setor Público	167,7	13,5	0,491	173,6	13,5	0,472	179,2	13,4	0,481
Conta Própria	85,8	24,7	0,511	82,7	26,1	0,500	82,1	28,0	0,510
Total	100,0	100,0	0,470	100,0	100,0	0,464	100,0	100,0	0,477

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O índice de Gini aumentou entre os empregados do setor privado e diminuiu nas outras três posições na ocupação, principalmente entre empregados domésticos e empregados do setor público. Todas essas mudanças, apesar de aumentar as diferenças de rendimento médio por posição na ocupação, reduziram o coeficiente de variação dos rendimentos das pessoas ocupadas, muito mais do que o índice de Gini desses rendimentos. Já na tímida recuperação, continuou diminuindo a proporção de empregados do setor privado e aumentando a dos trabalhadores por conta própria, sem grandes alterações nas remunerações das posições na ocupação, relativamente à média geral, salvo a continuação do aumento da remuneração dos empregados do setor público. Assim, os índices de Gini aumentaram em todas as posições na ocupação. Entre os empregados do setor privado, o índice de Gini se tornou, em 2019, tão elevado como entre os trabalhadores por conta própria. Essas mudanças deram continuidade à ampliação das diferenças de rendimento médio das posições na ocupação e, nesses anos, o coeficiente de variação dos rendimentos das pessoas ocupadas aumentou mais do que o do índice de Gini.

As mudanças no nível e na composição do emprego por posição na ocupação foram expressivas, tanto na recessão como na tímida recuperação, mas pouco modificou a desigualdade dos rendimentos das pessoas ocupadas com remuneração positiva, medida pelo índice de Gini. Em cada posição na ocupação, o índice de Gini em 2019 foi maior do que em 2014 somente entre os empregados do setor privado, posição na ocupação mais desfavoravelmente afetada pelo baixo desempenho da economia brasileira.

A recessão aumentou o desemprego e alterou a composição das posições na ocupação e a tímida retomada da atividade econômica manteve o elevado desemprego e deu continuidade às mudanças na composição das posições na ocupação, aprofundando a informalidade dos trabalhos em todas as posições na ocupação. Não obstante, a desigualdade dos rendimentos positivos pouco se alterou, segundo o índice de Gini, embora quando medida pelo coeficiente de variação, a desigualdade

diminuiu na recessão. Isso ocorreu com a forte queda do emprego formal do setor privado, em simultâneo ao aumento do trabalho doméstico formal e do trabalho por conta própria formal, e com uma modificação substancial do emprego no setor público, com diminuição dos empregados com e sem carteira e continuação do aumento dos estatutários e militares. Já na tímida retomada da atividade econômica, o coeficiente de variação aumentou com a continuação da queda do emprego do setor privado com carteira e com o aumento da informalidade do trabalho doméstico e por conta própria e a nova modificação na composição do emprego público, com o aumento dos empregados com e sem carteira e a diminuição dos estatutários e militares.

4. Metodologia para Caracterizar a Estrutura Ocupacional Brasileira

O objetivo do estudo é analisar o que ocorreu com os empregos na recessão e na tímida recuperação da atividade econômica, levando em conta a estrutura ocupacional do país. Para isso, propõe-se uma metodologia para exprimir a estrutura ocupacional brasileira levando em consideração, junto com os tipos de ocupação, os setores de atividade bem como a posição na ocupação para o ano de 2014. Foram consideradas 127 ocupações a 3 dígitos da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) para Pesquisa Domiciliar. Como dito anteriormente, foram considerados como ocupados os empregados do setor público e privado, o empregado doméstico e o conta própria.

Essas ocupações foram cruzadas com a posição na ocupação, que separa 9 categorias: empregado do setor privado com carteira de trabalho; empregado do setor privado sem carteira de trabalho; empregado doméstico com carteira de trabalho; empregado doméstico sem carteira de trabalho; empregado do setor público com carteira de trabalho; empregado do setor público sem carteira de trabalho; militar e estatutário; conta própria formal; e conta própria informal. Para classificar os conta própria, considerou-se como formal aqueles que contribuem para a previdência e informal os que não contribuem.

As ocupações a 3 dígitos e a posição na ocupação foram cruzadas com os setores de atividade, considerando os seguintes agrupamentos setoriais: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústria geral; construção; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais; outros serviços; e, serviços domésticos.

A combinação das ocupações, posição na ocupação e setores de atividades geraram 3123 combinações diferentes em 2014. Essas combinações de tipos de ocupação, setor de atividade e posição na ocupação foram ordenadas pela renda média, desde a mais baixa até a mais alta. A partir deste ordenamento, foram agrupados os tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação de tal modo a formar cinco categorias de pessoas ocupadas de tamanho semelhante. Essa mesma classificação foi utilizada para analisar os empregos dos anos 2016 e 2019.

Os cinco grupos retratam os trabalhadores brasileiros em 2014. Assim, o grupo de salário médio inferior constitui os 20% das pessoas ocupadas em tipos de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação com as menores médias de rendimento entre todas as combinações. Seriam as pessoas ocupadas em situação ocupacional mais desfavorecida, mesmo que alguns

trabalhadores individuais tenham rendimento relativamente elevado. O segundo grupo tem situação ocupacional inferior, mas não tão baixa como a do primeiro grupo. O terceiro grupo tem situação ocupacional intermediária e assim por diante, até o quinto grupo formado pelos 20% das pessoas ocupadas com a melhor situação ocupacional, mesmo que alguns trabalhadores individuais possam ter remuneração relativamente baixa.

Algumas combinações novas apareceram em cada um dos anos 2016 e 2019, pois algumas ocupações passaram a ter pessoas ocupadas em outros setores de atividade. Essas combinações novas tiveram um peso pequeno no total de ocupados (0,6% dos ocupados em 2016 e 0,3% em 2019), mas elas significaram a inclusão de 786 novas combinações nos anos 2016 e 2019. Elas foram introduzidas nos grupos de combinações de salário médio semelhante.

O primeiro grupo de trabalhadores é formado pelos tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação que em 2014 tinham uma renda média inferior a 816,13 reais, o que correspondeu a 622 tipos diferentes de combinações (Tabela 5).⁵ O segundo grupo é formado pelos tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação que em 2014 tinham uma renda média entre 816,13 e 1.044,94 reais, o que correspondeu a 440 tipos diferentes de combinações. O terceiro grupo é formado pelos tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação que em 2014 tinham uma renda média entre 1.044,94 e 1.352,64 reais, o que correspondeu a 445 tipos diferentes de combinações. O quarto grupo é formado pelos tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação que em 2014 tinham uma renda média entre 1.352,64 e 2000,00 reais, o que correspondeu a 588 tipos diferentes de combinações. Por fim, o quinto grupo é formado pelos tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação que em 2014 tinham uma renda média acima de 2000,00 reais, o que correspondeu a 1028 tipos diferentes de combinações.

Tabela 5
Número de Ocupados e Renda nos Quintos da Distribuição

		Número	Participação	Renda
Grupos	Primeiro	17079976	20,1	Até 816,13
	Segundo	17071136	20,0	Entre 816,13 e 1.044,94
	Terceiro	17080912	20,1	Entre 1.044,94 e 1.352,64
	Quarto	16813512	19,7	Entre 1.352,64 e 2000,00
	Quinto	17083133	20,1	Acima de 2000,00
	Total	85128669	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano. A renda está em reais correntes de 2014.

5. Emprego e Estrutura Ocupacional Brasileira

5.1. Situação de Trabalho das Pessoas Ocupadas em 2014

O salário mínimo em 2014 foi de 724 reais. O primeiro grupo é formado por 20% das pessoas ocupadas em combinações de tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação com rendas

(5) As informações com todas as combinações de ocupações, posição na ocupação e setor de atividade por grupos pode ser fornecida pela autora se solicitadas.

médias abaixo de 816,13 reais, o que corresponde a 1,13 salários mínimos (Tabela 5). A renda média de todos os ocupados nessa primeira categoria é de 633,29 reais, isto é, 0,875 salários mínimos (Tabela 6). Esse grupo, que representa as combinações com rendas médias mais baixas, tem uma média de apenas 40,1% da renda média de todos os ocupados em 2014. A dispersão em relação à média foi alta, indicando uma alta desigualdade (coeficiente de variação de 0,884). Essa alta desigualdade do grupo também transparece no índice de Gini, que foi de 0,378. Um índice de Gini desta magnitude é muito elevado para a categoria de piores situações de trabalho, pois é semelhante ao valor deste indicador para todos os trabalhadores de países desenvolvidos com desigualdade relativamente alta, como os EUA, antes das mudanças que vem acontecendo desde 1980 e que têm aumentado a desigualdade de renda do trabalho nesses países.

Tabela 6
Renda dos Ocupados por Grupo de tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação em 2014

	Grupos					Total
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	
Número	17.079.976	17.071.136	17.080.912	16.813.512	17.083.133	85.128.669
Participação	20,1	20,0	20,1	19,7	20,1	100,0
Renda Média	633,29	934,61	1.208,22	1.593,96	3.524,26	1.578,96
Mediana	600,00	800,00	1.000,00	1.300,00	2.500,00	1.000,00
Desvio Padrão	559,62	709,60	960,67	1.253,34	4.057,39	2.238,86
Coef. Variação	0,884	0,759	0,795	0,786	1,151	1,418
Gini	0,378	0,274	0,286	0,307	0,453	0,470

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O segundo grupo, que representaria a categoria logo acima do primeiro, formado pelas situações de trabalho inferiores e logo abaixo do grupo intermediário, corresponde às combinações tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação com renda média entre 1,13 e 1,44 salários mínimos. Esses ocupados tiveram uma renda média de 934,61 reais, que corresponde à 1,29 salários mínimos. Esse segundo grupo de baixas rendas tem uma renda média 47,5% acima da renda média do grupo anterior, e uma desigualdade de renda mais baixa, indicado tanto pelo coeficiente de variação quanto pelo índice de Gini. A enorme diferença de renda média dos ocupados dos dois grupos de situações de trabalho inferiores ressalta a precariedade dos trabalhos do primeiro grupo. No segundo grupo, a desigualdade de rendas individuais não é tão alta como no primeiro grupo, mas não é baixa, pois o índice de Gini tem valor semelhante ao verificado para todos os trabalhadores de alguns países, como os países desenvolvidos menos desiguais.

O terceiro grupo, que se refere aos ocupados com renda média intermediária, é formado pelas combinações tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação com renda média entre 1,44 e 1,87 salários mínimos. Os ocupados desse terceiro grupo, que expressam as situações de trabalho medianas dos trabalhadores brasileiros, teve uma renda média 29,3% maior do que o grupo 2 e uma desigualdade de renda semelhante.

O quarto grupo se refere às combinações tipos de ocupação/setores de atividade/posição na ocupação com renda média entre 1,87 e 2,76 salários mínimos. Esses ocupados tiveram uma renda média equivalente à média de todas as pessoas ocupadas, indicando as situações de trabalho da média dos trabalhadores brasileiros. A renda média deste grupo foi 31,9% maior do que o grupo 3,

representativo das situações de trabalho da mediana dos trabalhadores brasileiros, e a desigualdade é semelhante quando medida pelo coeficiente de variação. Quando medida pelo índice de Gini, entretanto, a desigualdade do quarto grupo é ligeiramente maior que a do terceiro, pois o índice de Gini é mais sensível às diferenças no meio da distribuição, enquanto o coeficiente de variação é mais sensível às diferenças na parte superior da distribuição. A alta desigualdade do terceiro grupo, medida pelo coeficiente de variação, exprime diferenças de remuneração particularmente grandes na cauda superior da distribuição dos rendimentos do trabalho deste grupo.

Finalmente, o quinto grupo, que se refere às rendas médias mais altas das combinações ocupação/setores de atividade/posição na ocupação, tem rendas acima de 2,76 salários mínimos. Esse grupo tem ocupados com uma renda média 121,1% maior do que o grupo 4. Esse grupo representa a maior desigualdade entre todos os grupos, tanto medida pelo coeficiente de variação quanto pelo índice de Gini, apresentando uma desigualdade só um pouco menor do que a observada para todos os trabalhadores brasileiros.

O primeiro grupo, que correspondem às combinações com rendas mais baixas, tem 98,4% de seus ocupados com trabalho informal (Tabela 7). As duas posições de ocupação mais importantes para esse grupo são empregados do setor privado sem carteira e conta própria informal, seguido pelo trabalho doméstico sem carteira. O segundo grupo, que também representa combinações com baixas rendas, mas em uma situação melhor que o primeiro grupo, já apresenta expressiva proporção de trabalhadores formais, com quase metade dos ocupados do grupo empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, 10% de empregados domésticos com carteira de trabalho e quase 5% de celetistas, militares e estatutários do setor público. Assim, enquanto o primeiro grupo de piores situações de trabalho é quase que exclusivamente formado por trabalhadores informais, no segundo grupo quase 2/3 dos ocupados têm trabalho formal.

Tabela 7
Composição da Ocupação por Grupo

	Grupos					Total
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	
Trabalho Doméstico com Carteira	0,0	10,3	0,7	0,2	0,0	2,2
Trabalho Doméstico sem Carteira	23,3	0,3	0,0	0,1	0,0	4,7
Conta própria Formal	0,8	1,1	3,0	12,9	15,8	6,7
Conta própria Informal	35,2	23,5	21,4	5,5	4,2	18,0
Empregado Setor Privado com Carteira	0,8	47,3	60,0	68,0	38,7	42,9
Empregado Setor Privado sem Carteira	35,7	10,9	6,8	3,0	3,2	11,9
Empregado Setor Público com Carteira	0,2	1,3	0,9	3,0	2,6	1,6
Empregado Setor Público sem Carteira	4,2	1,7	4,8	1,1	1,7	2,7
Militar e Estatutário	0,0	3,5	2,5	6,2	33,8	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O terceiro grupo que representa as situações de trabalho intermediárias ou medianas também é formado por 2/3 de trabalhadores formais. Entretanto, os perfis dos trabalhadores formais e informais são diferentes nos dois grupos. No segundo grupo, 75% dos trabalhadores formais eram empregados do setor privado, enquanto no terceiro grupo, essa proporção era de 90%. Já no trabalho informal, embora nos dois grupos a proporção de trabalhadores por conta própria seja de 2/3, no segundo grupo a proporção de informais que são empregados do setor privado era 30% e no terceiro grupo 20%, devido à maior presença de empregados sem carteira do setor público no grupo mediano.

O quarto grupo, representativo da média das situações de trabalho geradas pela economia brasileira, é formado basicamente por trabalhadores formais (90%) e 3/4 desses trabalhadores formais são empregados do setor privado. Já no quinto grupo, representativo das 20% melhores situações de trabalho geradas pela economia brasileira, também é predominante o trabalho formal (90%), mas com um perfil diferente do quarto grupo. No quinto grupo, não mais que 43% dos trabalhos formais são empregados do setor privado, enquanto celetistas, militares e estatutários abrangem 40% dos trabalhos formais deste grupo.

Analisando a distribuição das pessoas de cada posição na ocupação segundo as categorias de tipo de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação, notamos que praticamente todos os ocupados no trabalho doméstico sem carteira de trabalho se concentram no grupo 1, enquanto quase todos no trabalho doméstico com carteira estão no grupo 2 (Tabela 8).

Tabela 8
Composição do Grupo por Posição na Ocupação

	Grupos					Total
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	
Trabalho Doméstico com Carteira	0,0	91,9	5,9	2,2	0,0	100,0
Trabalho Doméstico sem Carteira	98,4	1,2	0,0	0,5	0,0	100,0
Conta própria Formal	2,3	3,4	8,9	38,1	47,4	100,0
Conta própria Informal	39,2	26,2	23,9	6,0	4,7	100,0
Empregado Setor Privado com Carteira	0,4	22,1	28,1	31,3	18,1	100,0
Empregado Setor Privado sem Carteira	59,9	18,3	11,3	5,0	5,4	100,0
Empregado Setor Público com Carteira	2,1	16,6	11,3	36,8	33,2	100,0
Empregado Setor Público sem Carteira	31,1	13,0	35,6	7,9	12,4	100,0
Militar e Estatutário	0,1	7,6	5,4	13,3	73,6	100,0
Total	20,1	20,1	20,1	19,8	20,1	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O trabalho doméstico em geral tem má situação de trabalho, mas a Carteira de Trabalho e Previdência Social significa uma sensível melhora na situação de trabalho dos empregados domésticos. Outra posição na ocupação com má situação de trabalho é o empregado sem carteira do setor privado, pois 60% deles estavam no primeiro grupo e outros 18% no segundo grupo. Uma parte significativa das pessoas que são trabalhadores por conta própria informais também está concentrada no grupo de pior

situação de trabalho (40%) e outros 26% no segundo grupo. Assim, podemos dizer que as posições na ocupação em situação mais desfavorável aos trabalhadores (trabalho doméstico com e sem carteira, empregado do setor privado sem carteira e conta própria informal) estão concentradas nos grupos que representam as combinações ocupação/setores de atividade/posição na ocupação piores remuneradas, a maioria em ocupações e setores de atividade com rendimento médio aquém do grupo intermediário que exprime o perfil de situações do trabalhador brasileiro mediano.

O emprego do setor privado com carteira de trabalho está concentrado nos três grupos intermediários de situações de trabalho. Nesses três grupos, que abarcam 60% dos trabalhadores brasileiros, estão 80% dos empregados com carteira do setor privado, e os outros 20% estão concentrados no grupo de melhores situações de trabalho. O empregado com carteira do setor público tem melhor situação de trabalho que a do empregado com carteira do setor privado, já que 70% dos celetistas do setor público estão nos dois grupos de melhores situações de trabalho, enquanto essa proporção no caso do setor privado é de 50%.

As situações de trabalho dos empregados sem carteira do setor público são as melhores entre os trabalhos informais. Embora quase 1/3 dos informais do setor público estejam no grupo de piores situações de trabalho, mais de 1/3 estão no grupo intermediário e 20% nos dois grupos de melhores situações de trabalho. Entre os trabalhadores por conta própria informais, não chega a 1/4 a proporção no grupo intermediário e não mais de 10% estão nos dois grupos com as melhores situações de trabalho. As situações de trabalho são ainda piores entre os empregados sem carteira do setor privado e os trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho.

Em resumo, a classificação das pessoas ocupadas em cinco grupos de tamanhos semelhantes segundo a renda média das combinações tipo de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação é capaz de mostrar um retrato sintético das situações de trabalho vigentes em 2014. É um retrato que mostra que, apesar das melhoras nos indicadores do mercado de trabalho desde 2004, continua vigorando no país uma enorme heterogeneidade de situações de trabalho. O grupo dos 20% das situações de trabalho superiores se diferencia muito dos outros quatro grupos que conformam 80% das situações de trabalho e tem desigualdade de rendas individuais semelhante à do total dos trabalhadores brasileiros. Esse grupo, portanto, merece um estudo à parte para ajudar a entender a enorme desigualdade de rendas do trabalho que caracteriza o país.

Os outros 80%, entretanto, não primam pela homogeneidade, havendo grandes diferenças entre os quatro grupos de situações de trabalho e essas diferenças não se referem apenas à formalidade/informalidade do trabalho. A informalidade só é predominante no grupo das piores situações de trabalho, que também se diferencia muito dos outros três grupos em termos de nível de renda. Nos outros três grupos, com 60% da classe trabalhadora brasileira entre os extremos inferior e superior das situações de trabalho, predomina a formalidade do trabalho e destacam-se o emprego no setor privado e secundariamente o trabalho por conta própria, embora não sejam desprezíveis nem o trabalho doméstico nem o emprego no setor público. A posição na ocupação e a formalidade/informalidade do trabalho são fatores diferenciadores das situações de trabalho, mas também são importantes o tipo de ocupação e o setor de atividade econômica.

Assim, o retrato da classe trabalhadora em 2014 serve como marco inicial para examinar os efeitos sobre a ocupação dos trabalhadores brasileiros tanto da recessão em 2015 e 2016 como da tímida retomada da economia entre 2017 e 2019.

5.2. Evolução das Situações de Trabalho entre 2014 e 2016

A recessão foi marcada pela significativa redução do emprego assalariado, principalmente do setor privado com carteira de trabalho (Tabela 9). A diminuição do emprego com e sem carteira de trabalho do setor público também foi significativa, mas aumentou o número de estatutários e militares, fazendo com que a redução do emprego total no setor público (2%) fosse menor que a do setor privado (5,4%), apesar de não ter havido, na recessão, diminuição do emprego sem carteira do setor privado. Na recessão aumentaram os números de trabalhadores por conta própria (3,4%) e de trabalhadores domésticos (2,3%), ajudando a suavizar a redução das pessoas ocupadas com a expressiva queda do PIB em 2015 e 2016. As ampliações do trabalho por conta própria e do trabalho doméstico na recessão ocorreram com formalização desses trabalhos. O trabalho doméstico sem carteira não chegou a diminuir, mas o trabalho por conta própria informal diminuiu e foi muito intenso o aumento do trabalho por conta própria formal.

Os efeitos da recessão na ocupação das pessoas em cada posição na ocupação foram diferentes nas várias ocupações e setores de atividade, modificando a distribuição dos ocupados por combinações de tipos de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação que expressam a diversidade de situações de trabalho. O número de pessoas ocupadas dos 20% com melhor situação de trabalho em 2014 (quinto grupo) não chegou a diminuir e foi mais intensa a redução do número de pessoas ocupadas dos dois grupos com as piores situações de trabalho, além do próprio grupo intermediário (Tabela 9). Assim, a diminuição do emprego na recessão afetou especialmente as piores situações de trabalho de 2014, prejudicando principalmente as pessoas ocupadas das combinações tipo de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação de menor renda média.

No caso do primeiro grupo, que corresponde as combinações tipo de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação com as menores rendas médias, a intensa redução das pessoas ocupadas deste grupo foi provocada pela queda no trabalho por conta própria informal e secundariamente pela queda no emprego sem carteira do setor público. Essas reduções nos conta próprias informais e empregados sem carteira do setor público do primeiro grupo foram as responsáveis principais pelas reduções verificadas nos totais de conta próprias informais e empregados sem carteira de trabalho na recessão. A queda dos ocupados nesse grupo de piores situações de trabalho não foi ainda maior porque o trabalho doméstico sem carteira aumentou e não diminuiu o emprego sem carteira do setor privado nas ocupações e setores de atividade que pertencem ao primeiro grupo. Assim, a recessão prejudicou especialmente o trabalho por conta própria informal e emprego sem carteira do setor público dessas ocupações e setores de atividade com baixa remuneração, mas não afetou o trabalho doméstico sem carteira nem o emprego sem carteira do setor privado desses tipos de ocupação e setor de atividade.

Tabela 9
Participação e Variação do Emprego de 2014 a 2016 por Posição na Ocupação (%)

	Primeiro Grupo			Segundo Grupo			Terceiro Grupo		
	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação
	2014	2016		2014	2016		2014	2016	
Trabalho Doméstico com Carteira	0,0	0,0	0,0	10,3	11,0	3,4	0,7	1,1	58,4
Trabalho Doméstico sem Carteira	23,3	24,5	1,6	0,3	0,0	-96,0	0,0	0,0	0,0
Conta própria Formal	0,8	0,9	20,1	1,1	1,0	-17,9	3,0	3,1	2,5
Conta própria Informal	35,2	33,4	-8,1	23,5	25,0	2,2	21,4	21,7	-1,6
Empregado Setor Privado com Carteira	0,8	0,4	-44,5	47,3	46,2	-5,9	60,0	57,6	-6,6
Empregado Setor Privado sem Carteira	35,7	36,9	0,0	10,9	10,2	-9,6	6,8	7,4	6,5
Empregado Setor Público com Carteira	0,2	0,1	-51,3	1,3	1,0	-24,4	0,9	1,0	6,3
Empregado Setor Público sem Carteira	4,2	3,7	-14,5	1,7	1,7	-5,0	4,8	4,8	-1,4
Militar e Estatutário	0,0	0,1	13,4	3,5	3,8	3,4	2,5	3,3	26,7
Total	100,0	100,0	-3,3	100,0	100,0	-3,7	100,0	100,0	-2,8
	Quarto Grupo			Quinto Grupo			Total		
	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação
	2014	2016		2014	2016		2014	2016	
Trabalho Doméstico com Carteira	0,2	0,2	-17,1	0,0	0,0	0,0	2,2	2,4	6,2
Trabalho Doméstico sem Carteira	0,1	0,1	1,0	0,0	0,0	0,0	4,7	4,9	0,5
Conta própria Formal	12,9	16,4	24,2	15,8	19,0	21,4	6,7	8,2	19,4
Conta própria Informal	5,5	6,1	8,5	4,2	4,1	-2,1	18,0	17,9	-2,6
Empregado Setor Privado com Carteira	68,0	63,8	-8,2	38,7	36,3	-5,1	42,9	40,8	-6,9
Empregado Setor Privado sem Carteira	3,0	3,3	7,5	3,2	3,6	12,2	11,9	12,2	0,0
Empregado Setor Público com Carteira	3,0	2,4	-20,9	2,6	2,3	-11,6	1,6	1,4	-16,0
Empregado Setor Público sem Carteira	1,1	1,1	2,2	1,7	1,8	7,2	2,7	2,6	-4,6
Militar e Estatutário	6,2	6,5	3,3	33,8	33,0	-1,2	9,2	9,5	1,2
Total	100,0	100,0	-2,2	100,0	100,0	1,1	100,0	100,0	-2,2

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

A intensa redução de ocupados no segundo grupo deve-se à redução de empregados do setor privado com e sem carteira de trabalho nessas ocupações e setores de atividade que remuneram mal, porém não tanto como as do primeiro grupo. A redução da ocupação no segundo grupo não foi mais intensa devido aos aumentos do conta própria informal, do trabalho doméstico com carteira e de militares e estatutários do setor público. A recessão afetou o emprego do setor privado de todos os tipos de ocupação e setores de atividade, mas no segundo grupo a queda principal foi do emprego do setor privado sem carteira de trabalho, enquanto nos grupos em que as situações de trabalho não são tão precárias, aumentou o emprego sem carteira do setor privado, exprimindo o forte aumento da informalidade do trabalho.

A intensa redução dos ocupados do grupo intermediário de situações de trabalho deve-se ao emprego com carteira do setor privado. A queda do emprego total do setor privado nessas ocupações que têm remuneração de nível intermediário não foi maior por causa da ampliação do emprego sem carteira. O trabalho por conta própria informal nessas ocupações e setores diminuiu, mas muito menos do que o emprego com carteira do setor privado e o emprego público nessas ocupações e setores aumentou expressivamente, especialmente militares, estatutários e celetistas, tendo diminuído os sem carteiras que são maioria no setor público nesses tipos de ocupação e setores de atividade. É importante levar em conta que neste grupo dos 20% com situação de trabalho intermediária, 60% é empregado com carteira do setor privado e 21% conta própria informal. Assim, nas ocupações e setores com situações de trabalho intermediárias, a informalidade do trabalho aumentou fortemente no emprego do setor privado e diminuiu tanto no trabalho por conta própria como no emprego do setor público.

A queda dos ocupados do quarto grupo foi semelhante à do total de pessoas ocupadas. Porém, o emprego com carteira do setor privado pesa mais neste grupo representativo da média dos trabalhadores brasileiros do que no grupo intermediário e a redução desses empregos nas ocupações e setores de atividade do quarto grupo foi mais intensa. Essas mudanças indicam que os fatores compensatórios atuaram com mais força neste grupo, notadamente a ampliação do trabalho por conta própria, principalmente com contribuição para a previdência social. O emprego público nessas ocupações e setores de atividade diminuiu devido à redução dos celetistas, apesar do aumento de militares, estatutários e sem carteira. O intenso aumento do trabalho por conta própria dessas ocupações e atividades em simultâneo à forte redução do emprego com carteira do setor privado parece apoiar a hipótese de que uma parte das pessoas que perdeu o emprego formal montou seu negócio próprio com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e muitos deles continuaram pagando a contribuição para a Previdência Social (LAMEIRAS; CARVALHO, 2017). É também possível que o aumento do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira do setor privado nessas ocupações e setores de atividade com situações de trabalho correspondentes à média brasileira reflita o processo de dissimulação dos vínculos de emprego para sonegar os encargos trabalhistas (KREIN et al., 2018).

Finalmente, a ampliação do tamanho do quinto grupo, formado pelos 20% com melhor situação de trabalho, deve-se fundamentalmente ao trabalho por conta própria formal. Neste grupo, houve intensa redução do emprego com carteira do setor privado não compensado pelo aumento dos empregados sem carteira. Nas ocupações e setores de atividade deste grupo, a queda do emprego no setor público não foi tão intensa como no setor privado (3,8% e 1,55%, respectivamente). Em ambos

setores público e privado, a queda do emprego formal não foi compensada pela intensa expansão do emprego sem carteira. Novamente, podem ter havido montagem de negócios próprios por quem perdeu o emprego formal, principalmente no setor privado, mas também uma substituição de emprego formal por formas disfarçadas de vínculo de emprego para o empregador evitar os encargos trabalhistas, especialmente importante nas melhores situações de trabalho.

Assim, a redução da ocupação na recessão foi muito concentrada no trabalho por conta própria do grupo de piores situações de trabalho e no emprego do setor privado, atingindo principalmente o trabalho formal em todos os grupos de situações de trabalho onde esse tipo de emprego é relevante. A redução do emprego com carteira do setor privado foi particularmente significativa no quarto grupo representativo do trabalhador brasileiro médio, que é exatamente o grupo com maior peso desse tipo de emprego (Tabela 9). Entretanto, os dois grupos superiores de situações de trabalho apresentaram aumento do emprego sem carteira do setor privado e o aumento do trabalho formal por conta própria.

A recessão diminuiu o número de pessoas ocupadas e ao ocorrer com aumento da inflação, especialmente em 2015, diminuiu o poder de compra da renda média do trabalho. A queda na ocupação das pessoas verificou-se com alterações na composição por posição na ocupação e por tipo de ocupação e setor de atividade. Essas mudanças, entretanto, modificaram muito pouco a desigualdade de renda do trabalho, que é muito alta no Brasil, diminuindo ligeiramente entre 2014 e 2016 (Tabela10).

Tabela 10
Renda Média do Grupo em Relação à Renda Média Total e Desigualdade por Grupo (2014 e 2016)

			Renda Média	Coef. Variação	Gini
Grupos	Primeiro	2014	40,11	0,884	0,378
		2016	40,89	0,904	0,387
	Segundo	2014	59,19	0,759	0,274
		2016	59,82	0,684	0,271
	Terceiro	2014	76,52	0,795	0,286
		2016	75,41	0,729	0,276
	Quarto	2014	100,95	0,786	0,307
		2016	101,55	0,864	0,316
	Quinto	2014	223,20	1,151	0,453
		2016	216,91	1,024	0,441
Total	2014	100,00	1,418	0,47	
	2016	100,00	1,301	0,464	

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

As diferenças de renda média dos grupos de tipo de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação modificaram muito pouco. O desvio padrão das rendas médias, sem descontar a inflação, aumentou 11,7% comparando 2016 com 2014, para uma inflação de cerca de 20%, nos dois anos, e um aumento nominal de 15,3% da média das rendas do trabalho. A medida das diferenças de renda dentro dos grupos de tipo de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação aumentou ainda menos

(4%), respondendo pelo pequeno aumento do desvio padrão de todas as rendas individuais do trabalho que foi de 5,6%, fazendo o coeficiente de variação diminuir de 1,418 em 2014 para 1,301 em 2016. No mesmo período o índice de Gini diminuiu de 0,470 para 0,464. A diminuição da desigualdade de rendas do trabalho ocorreu nos grupos 2, 3 e 5, tendo aumentado nos grupos 1 e 4, medidas tanto pelo coeficiente de variação como pelo índice de Gini. Em todo caso, as modificações na desigualdade de renda do trabalho foram muito pequenas para a magnitude da desigualdade no Brasil, apesar das significativas mudanças nos perfis por posição na ocupação dos grupos de situações de trabalho.

5.3. Evolução das Situações de Trabalho entre 2017 e 2019

A tímida recuperação da atividade econômica a partir de 2017 significou um aumento de 4,7% dos ocupados de 2016 a 2019 (Tabela 11). Assim, o número de pessoas ocupadas em 2019 superou o de 2014 em 2,4%. Esse aumento da ocupação total, comparando 2019 com 2014, deve-se principalmente ao aumento dos trabalhadores por conta própria e do trabalho no serviço doméstico remunerado, com destaque aos conta próprias com previdência social e o emprego doméstico sem carteira de trabalho.

O aumento do emprego doméstico com carteira que ocorreu durante a recessão foi mais do que revertido entre 2017 e 2019, fazendo com que este emprego fosse 8,8% menor em 2019 do que em 2014. Já o expressivo aumento do emprego doméstico sem carteira entre 2017 e 2019 tornou essa posição na ocupação 11,7% maior em 2019 do que em 2014, fazendo com que o total de empregados domésticos em 2019 fosse 5,2% maior do que antes da recessão. Com a retomada da atividade da economia, muitos empregos domésticos com carteira foram substituídos por empregados sem carteira, provavelmente envolvendo mudanças de contrato mensal por contratos somente por alguns dias da semana, ampliando assim o número total de empregados domésticos.

Já o aumento do trabalho por conta própria formal, embora tenha perdido intensidade na retomada da economia, foi 26,2% maior em 2019 do que em 2014, enquanto o trabalho por conta própria informal que tinha diminuído na recessão, aumentou fortemente com a retomada da economia e em 2019 foi 12,4% maior do que em 2014. Assim, o total do trabalho por conta própria em 2019 foi 16,1% maior do que em 2014, ampliação que equivale a um ritmo anual de 3%, completamente desproporcional ao comportamento do PIB que foi em 2019 1,3% menor do que em 2014.

O emprego formal do setor privado continuou diminuindo com a retomada da economia, embora mais moderadamente, enquanto o sem carteira que havia se mantido na recessão, aumentou fortemente de 2017 a 2019. Não obstante, o total do emprego do setor privado em 2019 foi 4% menor que o de 2014, mesmo com o emprego sem carteira sendo 15,7% superior. Esse aumento tão intenso do emprego sem carteira na tímida retomada da atividade econômica a partir de 2017 foi similar ao verificado com o total do trabalho por conta própria entre 2014 e 2019, indicando a intensa informalização do emprego no setor privado. A proporção de empregos sem carteira no setor privado que era 21,7% em 2014, aumentou para 23,9% em 2016 e alcançou 26,3% em 2019. O total do emprego do setor privado que tinha diminuído 5,4% na recessão, aumentou somente 1,5% na retomada da economia.

Finalmente, o emprego no setor público que tinha diminuído 2% na recessão, aumentou 3,5% com a retomada da economia, sendo somente 1,5% maior em 2019 do que em 2014. O emprego

público com carteira recuperou-se apenas parcialmente da intensa queda que ocorreu na recessão e toda a ampliação do emprego público entre 2014 e 2019 se deve ao emprego sem carteira de trabalho. Os empregos estatutários e militares em 2019 se mantiveram em patamar semelhante ao de 2014, revertendo o pequeno aumento que tinha ocorrido na recessão.

Assim, a tímida retomada da economia desde 2017 se caracterizou pela informalidade do trabalho, que atingiu todas as posições na ocupação, o trabalho doméstico, o trabalho por conta própria e os empregados do setor público e privado. O aumento da informalidade do trabalho atingiu também todos os grupos de combinação de tipos de ocupação/setor de atividade/posição na ocupação que exprimem a diversidade de situações de trabalho (Tabela 11).

Assim, o primeiro grupo dos 20% das piores situações de trabalho em 2014 e que tinha diminuído de tamanho na recessão, foi o grupo que apresentou o maior aumento na retomada da economia e em 2019 foi 8,9% maior do que em 2014. Essa ampliação de tamanho do grupo pior situado deve-se ao aumento do trabalho doméstico sem carteira e ao emprego no setor privado sem carteira, porque as outras posições na ocupação importantes nesse grupo, como o trabalho por conta própria informal e secundariamente o emprego sem carteira do setor público, apenas recuperaram na retomada da economia a queda verificada na recessão.

O segundo grupo dos 20% logo acima do primeiro e abaixo do grupo intermediário, praticamente recuperou-se na retomada da economia da queda verificada na recessão, devido, principalmente, ao aumento do trabalho por conta própria informal e do emprego no setor privado sem carteira. Esse segundo grupo não apresentou um aumento mais significativo, apesar do emprego com carteira no setor privado nas ocupações e setores deste grupo ter parado de cair, porque houve redução expressiva do trabalho doméstico com carteira, uma posição na ocupação importante para esse grupo de situações de trabalho. O trabalho doméstico com carteira aumentou na recessão, quando começou a ser aplicado o FGTS a esse tipo de vínculo de emprego, mas houve forte diminuição na retomada da economia, refletindo a substituição de mensalistas por diaristas, o que ampliou o número de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho e reduziu os com carteira de trabalho.

O grupo intermediário de situações de trabalho aumentou de tamanho no conjunto do período 2014-2019, apesar do emprego com carteira do setor privado continuar caindo, mesmo que em ritmo menor, na tímida retomada da economia em relação à recessão. Essa posição na ocupação responde pela maioria das situações de trabalho das ocupações e setores de atividade deste grupo, mas essa participação era 60% em 2014 e diminuiu para 54% em 2019. O aumento de tamanho deste grupo na lenta retomada da economia, mais do que compensando sua redução na recessão, ocorreu pelo expressivo aumento do trabalho por conta própria formal e informal e do emprego sem carteira dos setores público e privado. A continuação em ritmo mais suave da queda do emprego com carteira do setor privado na retomada da economia e o intenso aumento do trabalho por conta própria formal e informal e do emprego sem carteira dos setores público e privado ocorreram também nos dois grupos com as melhores situações de trabalho.

Tabela 11
Participação e Variação do Emprego de 2016 a 2019 por Posição na Ocupação (%)

	Grupo 1			Grupo 2			Grupo 3		
	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação
	2016	2019		2016	2019		2016	2019	
Trabalho Doméstico com Carteira	0,0	0,0	0,0	11,0	8,8	-16,4	1,1	1,1	8,3
Trabalho Doméstico sem Carteira	24,5	24,2	11,2	0,0	0,0	-17,4	0,0	0,0	0,0
Conta própria Formal	0,9	0,8	-8,7	1,0	0,8	-13,5	3,1	3,5	17,9
Conta própria Informal	33,4	32,4	9,2	25,0	28,4	18,9	21,7	24,3	18,2
Empregado Setor Privado com Carteira	0,4	0,6	51,7	46,2	44,3	0,2	57,6	54,0	-1,2
Empregado Setor Privado sem Carteira	36,9	38,0	15,8	10,2	11,4	16,0	7,4	7,7	9,9
Empregado Setor Público com Carteira	0,1	0,1	35,0	1,0	1,0	-0,3	1,0	0,9	-0,1
Empregado Setor Público sem Carteira	3,7	3,9	19,5	1,7	1,8	9,4	4,8	5,3	14,3
Militar e Estatutário	0,1	0,0	10,1	3,8	3,5	-1,4	3,3	3,2	2,9
Total	100,0	100,0	12,6	100,0	100,0	4,6	100,0	100,0	5,4
	Grupo 4			Grupo 5			Total		
	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação	Participação (%)		Variação
	2016	2019		2016	2019		2016	2019	
Trabalho Doméstico com Carteira	0,2	0,2	-4,7	0,0	0,0	0,0	2,4	2,0	-14,1
Trabalho Doméstico sem Carteira	0,1	0,1	-12,6	0,0	0,0	0,0	4,9	5,2	11,1
Conta própria Formal	16,4	17,7	4,2	19,0	19,5	6,6	8,2	8,3	5,7
Conta própria Informal	6,1	6,5	3,0	4,1	5,8	47,9	17,9	19,8	15,4
Empregado Setor Privado com Carteira	63,8	61,5	-6,6	36,3	34,0	-2,7	40,8	37,9	-2,7
Empregado Setor Privado sem Carteira	3,3	3,8	10,1	3,6	4,4	29,9	12,2	13,5	15,7
Empregado Setor Público com Carteira	2,4	2,8	15,3	2,3	2,6	18,0	1,4	1,5	12,0
Empregado Setor Público sem Carteira	1,1	1,4	22,5	1,8	2,0	19,7	2,6	2,9	16,6
Militar e Estatutário	6,5	6,1	-10,3	33,0	31,7	0,0	9,5	9,0	-1,3
Total	100,0	100,0	-3,1	100,0	100,0	4,0	100,0	100,0	4,7

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O quarto grupo de situações de trabalho, composto pelos 20% entre o grupo intermediário e o grupo superior e representativo da renda média dos trabalhadores brasileiros, foi o único grupo em que houve redução de tamanho na lenta retomada da atividade econômica. Esta redução foi resultado principalmente da continuada queda no emprego do setor privado com carteira, que ainda representa mais de 60% das situações de trabalho deste grupo em 2019. Houve também expressiva redução dos estatutários e militares e a redução do tamanho do quarto grupo não foi mais significativa por causa do mencionado aumento do trabalho por conta própria formal e informal e do emprego sem carteira dos setores público e privado.

Por fim, o quinto grupo, que representa os 20% das melhores situações de trabalho, continuou aumentando sua participação na lenta retomada da atividade econômica. Esse aumento foi resultado principalmente da continuação, em ritmo menor do que o verificado na recessão, do aumento do trabalho por conta própria formal e da forte ampliação do trabalho por conta própria informal, bem como do emprego sem carteira do setor privado. Já os empregados do setor privado com carteira e militares e estatutários do setor público perderam participação no grupo de melhores situações de trabalho.

Em síntese, a lenta retomada da atividade econômica ocorreu com aumento da informalidade do trabalho em todos os grupos de situações de trabalho e a maior informalidade do trabalho foi acompanhada de aumento da desigualdade de rendas individuais dos trabalhadores, medida pelo coeficiente de variação e pelo índice de Gini em cada um dos grupos (Tabela 12). A maior desigualdade de rendas individuais dos trabalhadores continua ocorrendo no quinto grupo das melhores situações de trabalho, mas há um aumento expressivo da desigualdade de rendas individuais no primeiro grupo das piores situações de trabalho. Esses dois grupos nos extremos das situações de trabalho tiveram os maiores aumentos de renda média entre os grupos, mas também foram os grupos que apresentaram o aumento mais intenso das diferenças individuais de renda do trabalho.

Tabela 12
Renda Média do Grupo em Relação à Renda Média Total e Desigualdade por Grupo (2016 e 2019)

			Renda Média	Coef. Variação	Gini
Grupos	Primeiro	2016	40,89	0,904	0,387
		2019	41,33	1,052	0,406
	Segundo	2016	59,82	0,684	0,271
		2019	59,59	0,748	0,291
	Terceiro	2016	75,41	0,729	0,276
		2019	75,81	0,740	0,286
	Quarto	2016	101,55	0,864	0,316
		2019	101,09	0,790	0,319
	Quinto	2016	216,91	1,024	0,441
		2019	221,96	1,133	0,456
Total	2016	100,00	1,301	0,464	
	2019	100,00	1,409	0,477	

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O PIB da economia brasileira em 2019 continuou menor que o de 2014, o desemprego pouco diminuiu e toda a ampliação do número de pessoas ocupadas, no conjunto do período, deveu-se ao aumento da informalidade que ocorreu no trabalho doméstico, no trabalho por conta própria e no emprego dos setores público e privado, ocorrendo também em todos os grupos de situações de trabalho. Mudou não somente a composição das posições na ocupação, mas também a composição dos grupos de situação de trabalho, elevando-se, de um lado, as participações do trabalho por conta própria e do trabalho doméstico e, do outro, as participações dos extremos das piores e melhores situações de trabalho.

Essa polarização das situações de trabalho, ocorrida entre 2014 e 2019, pouco modificou a enorme desigualdade de rendas individuais dos trabalhadores. O índice de Gini que tinha diminuído ligeiramente na recessão, passando de 0,470 para 0,464 entre 2014 e 2016, aumentou na tímida retomada da economia, tendo alcançado 0,477 em 2019. O aumento da desigualdade ocorreu em todos os grupos de situações de trabalho e o coeficiente de variação das rendas médias desses grupos, que tinha diminuído de 0,65 para 0,63, entre 2014 e 2016, voltou para 0,65 em 2019.

Em suma, o aumento da informalidade do trabalho continuou e ganhou força na lenta retomada da economia e afetou todo tipo de ocupação e setor de atividade. Essa tendência à informalidade pouco modificou a elevada desigualdade de renda existente no país, embora na recessão, a intensa redução do emprego formal do setor privado tenha contribuído para uma suave redução nas diferenças de renda entre e dentro de alguns dos grupos de situações de trabalho. A queda do emprego formal do setor privado desacelerou na retomada da economia e a tendência à informalidade se aprofundou, revertendo a pequena redução verificada no coeficiente de variação das rendas médias dos grupos e aumentando a desigualdade dentro dos grupos de situações de trabalho.

6. Conclusão

A economia brasileira apresentou uma significativa diminuição do PIB que reduziu o número de pessoas ocupadas entre 2014 e 2016 e aumentou fortemente o número de desempregados, fazendo a taxa de desemprego retroceder para o elevado patamar anterior a 2004. Além disso, a recessão foi marcada por uma redução no poder de compra da renda média dos que continuaram ocupados, em consequência do aumento da inflação, especialmente no início da recessão. A inflação arrefeceu posteriormente e houve uma recuperação do poder de compra dos ocupados que, em 2019, ficou semelhante ao que era em 2014. A economia, entretanto, mostrou dificuldade para retomar a atividade desde 2017 e, em 2019, o PIB foi menor do que o de 2014.

Para analisar a evolução do emprego no Brasil de 2014 a 2019 foi proposta uma metodologia para retratar a classe trabalhadora brasileira em 2014, antes da recessão. A metodologia classificou os trabalhadores brasileiros levando em consideração a posição na ocupação, o caráter formal ou informal do trabalho, o tipo de ocupação e o setor de atividade em que o trabalhador está inserido, captando assim a variedade de situações de trabalho decorrente da heterogeneidade estrutural da economia brasileira.

Para criar esse retrato da classe trabalhadora, os empregados foram classificados em cinco grupos de igual tamanho, em função da renda média do tipo de ocupação e setor de atividade, para trabalho formal ou informal, separadamente, em cada posição na ocupação. Esse retrato antes da

recessão, mostra a enorme variedade de situações de trabalho que continuava vigorando no país, apesar da melhora nos indicadores do mercado de trabalho desde 2004.

O quinto grupo dos 20% das situações de trabalho superiores está muito acima dos outros quatro grupos, e o primeiro grupo dos 20% das piores situações de trabalho está muito abaixo do segundo grupo. As diferenças de renda média entre os três grupos situados entre os dois extremos, e que no conjunto abrange 60% dos trabalhadores brasileiros, são bem menores.

O primeiro grupo é formado por trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho, trabalhadores por conta própria informais e empregados sem carteira dos setores público e privado em ocupações e setores de atividade que remuneram muito mal esses trabalhadores informais. Não há praticamente trabalho formal no primeiro grupo de situações de trabalho. Já no segundo grupo, a maioria dos trabalhos são formais, destacando-se o emprego com carteira do setor privado e também o trabalho doméstico com carteira e mesmo os celetistas, militares e estatutários do setor público. A informalidade abrange pouco mais de 1/3 dos trabalhos do segundo grupo, destacando-se o trabalho por conta própria informal e os empregados sem carteira do setor privado.

Assim, domicílios e empregadores públicos e privados geram muitos empregos formais que são muito mal remunerados em determinadas ocupações e setores de atividade, embora essas remunerações não sejam tão baixas como as do primeiro grupo. A diferença de renda média entre os dois primeiros grupos, como mencionado, é muito alta, bem maior do que a das rendas médias do segundo e do terceiro grupo. Nestes dois grupos, a informalidade do trabalho é semelhante, mas os perfis das ocupações formais e informais são diferentes. No grupo intermediário, a predominância nos trabalhos formais do emprego com carteira do setor privado é absoluta (90%) e nos trabalhos informais destacam-se nos dois grupos o trabalho por conta própria. Entretanto, no segundo grupo é também muito importante o emprego sem carteira do setor privado enquanto no grupo intermediário ressalta também o emprego sem carteira do setor público. Assim, o trabalhador mediano é principalmente empregado com carteira do setor privado, mas são também importantes o trabalho por conta própria informal e os empregados sem carteira dos setores público e privado.

Já o trabalhador médio também é quase que exclusivamente trabalho formal e destaca-se ainda mais o empregado com carteira do setor privado, mas não é completamente desprezível o trabalho por conta própria formal e os celetistas, militares e estatutários do setor público. As ocupações e setores de atividade que geram esses trabalhos formais do quarto grupo, entretanto, remuneram bem menos do que as do grupo superior. No quinto grupo, a formalidade é predominante, mas é menor a frequência relativa de empregos com carteira do setor privado e maior a dos celetistas, militares e estatutários do setor público.

A recessão e posterior dificuldade de retomada da atividade da economia brasileira modificou o retrato da classe trabalhadora. Embora a recessão tenha diminuído o trabalho por conta própria muito mal remunerado, a limitada retomada da atividade recuperou esse tipo de ocupação. Porém, a ampliação do tamanho do primeiro grupo de situações de trabalho deveu-se à expansão do trabalho doméstico sem carteira e do emprego sem carteira do setor privado em ocupações e setores de atividade que são muito mal remunerados.

No outro extremo também houve intensa ampliação do tamanho do quinto grupo de melhores situações de trabalho. Neste caso, a continuada queda do emprego com carteira do setor privado, embora de forma mais lenta na retomada da economia, foi mais do que compensada pelas ampliações do trabalho por conta própria formal e informal e do emprego sem carteira dos setores público e privado em ocupações e setores de atividade relativamente bem remunerados.

A forte ampliação dos grupos 1 e 5 mostram que a informalidade atingiu os dois extremos das situações de trabalho. Os tamanhos dos outros três grupos não ampliaram tão fortemente, indicando certa polarização das situações de trabalho. O segundo grupo praticamente recuperou, depois de 2016, a intensa queda de tamanho que tivera na recessão. O emprego com carteira do setor privado deste grupo parou de cair na retomada da atividade, mas os responsáveis pela recuperação do tamanho deste grupo foram o trabalho por conta própria informal e os empregados sem carteira dos setores público e privado. Neste grupo de situações de trabalho inferiores também se destacou a informalidade, depois de 2016, e a forte redução do trabalho doméstico com carteira teve um papel importante na simples recuperação do tamanho do grupo, na retomada da economia.

O grupo mediano das situações de trabalho mais que recuperou na retomada da atividade a intensa queda que teve na recessão. O emprego com carteira de trabalho no setor privado continuou caindo, embora mais suavemente, e os responsáveis pela ampliação do tamanho do grupo foram, analogamente ao segundo grupo, o trabalho por conta própria informal e o emprego sem carteira dos setores público e privado. O intenso aumento do trabalho por conta própria formal, com a retomada tímida da economia, caracterizou os grupos mediano, médio e superior. Como parte da informalidade do trabalho na recessão e retomada da atividade, ampliou-se o trabalho por conta própria com contribuição para a previdência social. Este fenômeno limitou-se à ocupações e setores de atividade com situações de trabalho mediana, média e superior, podendo estar associada a dois processos diferentes: a montagem de negócio próprio por quem perdeu o emprego formal nos setores público e privado e a crescente ocultação do vínculo de emprego para sonegar os encargos trabalhistas.

O grupo médio das situações de trabalho foi o único que diminuiu de tamanho tanto na recessão quanto na retomada da atividade econômica. A queda do emprego com carteira do setor privado nessas ocupações e setores de atividade continuou muito intensa e houve redução de celetistas do setor público na recessão e de militares e estatutários na retomada, sendo só parcialmente compensados pelo aumento do trabalho por conta própria formal e informal e pelo aumento do emprego sem carteira dos setores público e privado.

Em resumo, o mal desempenho da economia brasileira a partir de 2014 reverteu as melhoras nos indicadores do mercado de trabalho que ocorreram desde 2004, ampliando a taxa de desemprego e reduzindo a formalidade dos trabalhos. Ao se levar em conta os tipos de ocupação e setores de atividade, além das posições na ocupação e formalidade/informalidade do trabalho, mostra-se que aumentou o tamanho do primeiro grupo caracterizado pelas piores situações de informalidade, e que nos outros grupos, especialmente no mediano, médio e superior, a informalidade ganhou força com o mal desempenho da economia e atingiu trabalhadores em melhor situação de trabalho, muito deles mantendo a contribuição para a previdência social, apesar da perda do emprego formal nos setores público e privado.

Essas modificações no retrato da classe trabalhadora brasileira, embora substanciais, não alteraram significativamente a distribuição de renda das pessoas ocupadas. Continuaram as grandes diferenças de renda média dos grupos e a desigualdade de rendas individuais de cada um dos grupos de situações de trabalho, mas diminuiu a participação do emprego com carteira do setor privado na ocupação dos trabalhadores brasileiros nas situações de trabalho medianas, médias e superiores, tendo aumentado a do emprego sem carteira dos setores público e privado e do trabalho por conta própria, inclusive daqueles que contribuem para a previdência social.

Referências bibliográficas

- AUTOR, D. *The Polarization of Job Opportunities in the U.S. Labor Market*. 2010. p. 48.
- AUTOR, D. H.; DORN, D. The Growth of Low-Skill Service Jobs and the Polarization of the US Labor Market. *American Economic Review*, v. 103, n. 5, p. 1553-1597, Aug. 2013.
- BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 53-67, dez. 2015.
- BROWNING, H. L.; SINGELMANN, J. The Transformation of the U.S. Labor Force: The Interaction of Industry and Occupation. *Politics & Society*, v. 8, n. 3-4, p. 481-509, Sept. 1978.
- CALIXTRE, A.; FAGNANI, E. *A Política Social e os Limites do Experimento Desenvolvimentista (2003-2014)*. Campinas: IE/UNICAMP, 2017. (Texto para Discussão, n. 295).
- CAPPELLI, P. Assessing the Decline of Internal Labor Markets. In: BERG, I.; KALLEBERG, A. L. (Eds.). *Sourcebook of Labor Markets*. Plenum Studies in Work and Industry ed. Boston, MA: Springer, 2001.
- CARVALHO, L.; RUGITSKY, F. Growth and distribution in Brazil the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate. Working Paper - FEA/USP, n. 2015-25. *Anais...* 2015.
- COLIN CLARK. *The Conditions of Economic Progress*. London: Macmillan, 1940.
- FISHER, A. G. B. *The Clash of Progress and Security*. London: Macmillan, 1935.
- GRUSKY, D. B.; SORENSEN, J. B. Can Class Analysis be Salvaged. *American Journal of Sociology*, v. 103, p. 1187-1234, 1998.
- KALLEBERG, A. L. *Good Jobs, bad jobs*. The rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s. New York: Russell Sage Foundation, 2011.
- KIM, C.; SAKAMOTO, A. The Rise of Intra-Occupational Wage Inequality in the United States, 1983 to 2002. *American Sociological Review*, v. 73, n. 1, p. 129-157, Feb. 2008.
- KREIN, J. D. et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. DOS (Ed.). *Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.
- LAMEIRAS, M. A. P.; CARVALHO, S. S. Mercado de Trabalho. Carta de Conjuntura, IPEA, n. 34, 2017.

MOUW, T.; KALLEBERG, A. L. Occupations and the Structure of Wage Inequality in the United States, 1980s to 2000s. *American Sociological Review*, v. 75, n. 3, p. 402-431, 2010.

WRIGHT, E. O. *Class Structure and Income Determination*. [s.l.] Academic Press, 1979.

WRIGHT, E. O. *Understanding Class*. London: Verso, 2015.